

Alívio dos banqueiros nacionais com o primeiro dia em Nova York

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Operações normais com um número maior de telefonemas. Assim transcorreu o primeiro dia útil das agências de grandes bancos brasileiros no exterior após o anúncio oficial da suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa.

"A prorrogação de pagamentos por países devedores é um fato considerado normal pela comunidade bancária", diz José Sampaio, diretor da área internacional e de comércio exterior do Banespa. "Maior preocupação causou a expectativa de que o governo poderia anunciar alguma decisão mais grave."

A suspensão dos pagamentos não causou surpresa, segundo os banqueiros ouvidos por este jornal. Eles consideram que os credores e também os bancos nacionais vinham trabalhando com duas hipóteses: conseguir dinheiro novo e negociar ou parar de pagar os juros e tentar conseguir dinheiro novo.

"Havia ainda a expectativa mais remota de que o País até pudesse conversar com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, pedir moratória dos juros está mais em moda e foi por aí que nós saímos", lamenta Juarez Soares, vice-presidente do Banco Real.

Ele gostaria que o Brasil não tivesse chegado a este ponto e, embora reconhecendo que os bancos não tinham problemas ontem no exterior, lembra que as autoridades brasileiras devem ser muito hábeis para conversar com os banqueiros internacionais. "O Brasil não deve aceitar o papel de sair como líder de um clube de devedores", avverte.

Soares, do Real, assim como Antônio de Pádua Rocha Diniz, vice-presidente do conselho de administração do Banco Nacional, assegura que os



Juarez Soares

negócios foram fechados normalmente, ontem, em Nova York.

"Inclusive as operações em curso foram concluídas sem qualquer dificuldade", diz Soares. "No entanto, não podemos sair por aí batendo tambores como se tudo estivesse resolvido e a casa em ordem. Não é assim."

José Sampaio, do Banespa, revela que os bancos credores de menor porte ficaram apavorados com os fortes boatos que circularam pelo mercado financeiro no Brasil — extrapolados para o exterior — na quinta e sexta-feiras. Mas, com o telex do governo esclarecendo os bancos sobre a forma como seria feita a centralização do câmbio — mais suave que em 1983, quando todas as operações ficaram subordinadas ao Banco Central (BC) —, a tranquilidade foi restabelecida.

Os grandes bancos credores, segundo Sampaio, sofreram um impacto razoável com a notícia da centralização do câmbio, mas ele acredita que essas instituições estão mais preparadas para avaliar o grau da medida, que está sendo reeditada com menor rigidez. O diretor do Banespa, que passou o dia de ontem falando com banqueiros estrangeiros sobre a situação brasileira, avalia que a situação seria muito mais

Comunicado é bem recebido

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Os termos do comunicado enviado pelo governo brasileiro aos bancos estrangeiros e a decisão do Banco Central de adotar uma centralização apenas parcial do câmbio foram considerados indicadores importantes da disposição do presidente José Sarney de negociar com seus credores e não de impor uma moratória unilateral, comentaram ontem dois representantes de bancos do exterior.

As informações dos dois bancos eram de que ontem os bancos brasileiros com agências no exterior, a começar pelo Banco do Brasil, operaram normalmente. Nenhum banco internacional se teria recusado a rotar suas operações com as instituições brasi-

leiras. Também não teria havido mudanças nas condições dessas operações.

A imposição de um controle sobre as remessas de lucros e de desinvestimento ao exterior, que poderá ser revogado no próximo dia 27, teria sido adotada como uma forma de conter o aumento — muito grande — no número de pedidos de remessa ao exterior. Com a expectativa de que seria adotada alguma medida na área cambial, para conter a queda das reservas internacionais, muitas empresas passaram a tentar remeter lucros e mesmo parte do seu capital para o exterior, às vezes sem ter condições legais para isso. Assim, a adoção de um controle sobre essas operações teria mais o objetivo de evitar operações sem base legal do que limitar essas remessas.

grave se já estivesse assegurada a entrada de dinheiro novo no País.

Sampaio conta que os banqueiros internacionais com quem teve contato estão revelando maior curiosidade sobre as medidas que serão adotadas para ajustar a economia internamente, até mesmo porque a divulgação dessas medidas já foi anunciada pelo governo. Além disso, os banqueiros preocupam-se, também, em saber quando o governo brasileiro retomará as negociações com os bancos credores, pois muitas instituições estrangeiras têm prazo de 90 dias para colocar os créditos não pagos na rubrica créditos em liquidação.

O diretor de comércio exterior do Banespa acredita que o comércio não será afetado com a decisão do governo brasileiro de suspender os pagamentos dos juros e centralizar parcialmente o câmbio. Em 1983, quando a centralização foi total, recorda Sampaio, a

comunidade bancária e os exportadores não perderam dinheiro. Pelo contrário, ganharam juros sobre juros.

Segundo Sampaio, a posição do Brasil hoje no comércio internacional — movimentando nas duas mãos (importação e exportação) cerca de US\$ 45 milhões — é uma garantia de que o governo não adotará qualquer medida que afete as transações. Ele reconhece, porém, que poderá haver maior dificuldade de financiamento de importações.

"Se uma empresa, por exemplo, estiver predisposta a financiar seu comprador no Brasil por prazo acima de 360 dias, dificilmente levará isso adiante. Em contrapartida, ao contrário de 1983, nessa centralização parcial de câmbio anunciada na sexta-feira, o principal e os juros de prefinanciamento de exportações continuarão fluindo normalmente sem restrição do Banco Central."